



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

**O Trabalho Social na Secretaria de Habitação no Município de  
São Paulo e o Processo de Terceirização (1989-2004)**

Clenivalda França dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo propõe apresentar e refletir sobre o processo de terceirização do trabalho social desenvolvido pelas profissionais de Serviço Social na Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo (1989-2004). Num período em que ocorria a transformação do mundo do trabalho, apontando algumas tensões e possibilidades na sua realização e as interferências dos gestores públicos municipais.

**Palavras-chave:** trabalho social; assistente social; habitação; terceirização

**Abstract:** This article proposes to present and reflect on the process of outsourcing social work developed by Social Service professionals at the Housing Department of São Paulo City Hall (1989-2004). In a period in which the world of work was being transformed, highlighting some tensions and possibilities in its implementation and the interference of municipal public managers.

**Keywords:** social work; social worker; housing; outsourcing

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da pesquisa de mestrado<sup>2</sup> onde buscou identificar o início do trabalho terceirizado realizado pelas profissionais de serviço social na Secretaria de Habitação (Sehab) da Prefeitura Municipal de São Paulo, abrangendo o período de 1989 a 2004.

A estruturação do trabalho social desenvolvido com a política habitacional na Prefeitura de São Paulo, iniciou-se nos anos de 1970 no campo da política de assistência social, passando para o campo da habitação no final dos anos 1980.

Com as transformações ocorridas no capitalismo e no mundo do trabalho, no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, ocorre a terceirização do trabalho social, não só na

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Concursada, Prefeitura de São Paulo. Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social PUC-SP. Email: clenivaldasantoss@gmail.com

<sup>2</sup> Dissertação de Mestrado defendido em 2021 - Curso de Pós Graduação em Serviço Social – PUC-SP. Trabalho Social na Política Habitacional em São Paulo: Tensões e Possibilidades no Contrxto da Terceirização (1989-2004).



habitação e em São Paulo, mas em outras políticas públicas e em todas as esferas de gestões.

A cidade de São Paulo durante o século passado apresentou uma das maiores taxas mundiais de expansão econômica e demográfica. Passou de 240 mil habitantes em 1900 para 10,5 milhões em 2000, “Uma época de grandes construções e crescimento das atividades produtivas” (PMSB, 2004, p. 6). O crescimento da cidade foi sendo marcado pela segregação urbana, com um crescimento desordenado, ocorrendo muita desigualdade social e ambiental. Conforme Maricato (2003), a segregação urbana ou ambiental configura-se como:

[...] Uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003, p. 152).

Esse crescimento excludente e desordenado ocasionou ocupação dos fundos de vale, de mananciais em áreas periféricas totalmente desprovidas de serviços. Essa situação ampliou-se com as gestões municipais que defendiam os ideários neoliberalistas, acirrado com a perda de emprego e de direitos dos trabalhadores, aumentando a situação de precariedade. Referindo-se primordialmente ao âmbito da ação do Estado (a esfera pública), a expressão “questão social” ganhou relevância, no entanto precisamente no contexto da reforma do Estado, sob a égide do pensamento neoliberal, o que equivale dizer do deslocamento da gestão social da esfera público-estatal para a esfera privada, seja pela redução da ação do Estado, seja pela gestão compartilhada na forma de parcerias, ou ainda pela transferência de responsabilidades ou, no caso de empresas, pela privatização tout court, como ocorreu na década de 1990 (SILVA, 2010, p. 31).

As transformações de ordens econômica, política, social e cultural, na sociedade brasileira, ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990, impuseram uma agenda neoliberal que adentrou o século XXI e influenciaram sobremaneira a atuação reducionista do Estado na qual cada vez mais este tem se tornado “máximo” para o capital e “mínimo” para o trabalho e para a classe trabalhadora. No entanto, as disputas de projetos societários tencionam as relações entre Estado e sociedade e internamente no próprio aparelho estatal.

Na concepção do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso expressa por Bresser Pereira, era preciso delimitar as atividades da administração pública, que deveriam ser divididas entre: (i) as atividades exclusivas do Estado; (ii) os serviços sociais e científicos do Estado; e (iii) a produção de bens e serviços para o mercado. Dentro de cada uma delas estão ainda suas atividades principais e as auxiliares ou de apoio. Nessa perspectiva gerencial, as atividades exclusivas devem naturalmente, permanecer dentro do Estado. Distinguindo-se verticalmente, no topo, um núcleo estratégico e, horizontalmente, as instituições executoras, as secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras.

Com o neoliberalismo em curso no Brasil, na década de 1990, além de consistir numa nova forma de concentração de riqueza para as “personificações do capital”, implementa práticas desde a privatização de propriedades estatais à “[...]”



desregulamentação, fluxo livre de capital, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade [...]” (ANTUNES, 2011, p. 39). Compreensão que é corroborada por MOTTA (1995, p. 8), ao afirmar que “medidas de ajuste” comprometem “avanços e conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras”.

Essas mudanças também vão se expressar na contratação de assistentes sociais na política habitacional em São Paulo. Mudanças que não só impactam o vínculo empregatício, mas também a execução do trabalho social.

A presente pesquisa utilizou o método crítico, privilegiando a totalidade, ou seja, observando a realidade para além do que está posto. Colocando-se, então, a necessidade de partir do real para apreender o movimento do objeto estudado. Nessa direção, trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando de forma combinada a pesquisa bibliográfica, a documental e a empírica que envolveu diálogos e entrevistas, com dez assistentes sociais que trabalharam na Sehab no período de 1989-2004, sendo profissionais efetivas de carreira pública e terceirizadas. As participantes na pesquisa foram devidamente identificadas por funcionária pública (EP) e funcionária terceirizada/gerenciadora social (EG).

No presente artigo apresenta-se uma breve introdução, na qual situamos os objetivos, a problematização, a metodologia da pesquisa e duas subseções, sendo que na primeira (item 2) contextualizamos as quatro gestões estudadas e o trabalho social desenvolvido em cada uma delas, identificando o processo de trabalho e a terceirização ancorada nas narrativas das participantes na pesquisa. Na segunda subseção (item 3), apresentamos as considerações finais dos achados da pesquisa.

## **2. O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL REALIZADO NAS GESTÕES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO (1989- 2004)**

Abordaremos elementos obtidos nas narrativas das participantes na pesquisa empírica, que permitem contribuir com a reflexão sobre a importância do trabalho social na Sehab, apresentando suas principais marcas, tensões e desafios que ocorreram com os profissionais de Serviço Social duante o processo de terceirização na execução da política habitacional na Sehab.

Na gestão da prefeita Luiza Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores do PT (1989-1993), percebe-se que a implementação da política habitacional tinha uma intencionalidade em ser realizada com a participação efetiva das lideranças, possuía diretrizes políticas e administrativas que caminhavam nessa direção. Conforme identificação de uma das participantes na pesquisa:

Acho que é importante isso, porque senão parece que a gestão decidiu trabalhar com movimentos, mas isso não era uma coisa nova, o reconhecimento desses sujeitos não era novo e nem essa relação para com a secretaria (EP1).



Nas narrativas das participantes na pesquisa, foi reforçado que o trabalho social na habitação existia antes da criação da Superintendência de Habitação Popular (Habi) e que esse deveria ser realizado entendendo a família nas suas múltiplas necessidades, procurando envolver os profissionais de outras áreas, como educação, saúde etc., e entender o território em que viviam essas famílias.

[...] Nós começamos um trabalho na área da habitação que eu também vejo como muito importante, porque era na antiga Sebes (Secretaria Municipal do Bem-Estar Social), depois virou Fabes (Família e Bem Estar Social), atual SMADS (Secretaria da Assistência Social). Ocorriam em todos os programas vinculados, que eles chamavam de população de baixa renda. Eram programas com crianças e adolescentes, juventude, de alfabetização e a habitação. E aí, nós começamos a desenvolver um trabalho, para romper com essa lógica cartesiana de cada um ficar na sua caixinha. Então, a gente fazia uma discussão coletiva com todos os profissionais de todas as áreas. E isso foi algo importante, quando eu fui coordenar o trabalho social da habitação na gestão da Luiza Erundina (EP7).

A gestão buscou realizar convênios e parcerias, tanto com o movimento de moradia organizado, assessoria técnica social (através do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais - Funaps Comunitário), como com a busca por recursos com organismos internacionais.

Identificou que a terceirização nessa gestão, num primeiro momento se deu com a contratação de técnicos para compor a equipe técnica, enquanto aguardava a convocação de concurso público. Mas, no último ano dessa gestão, ocorreu efetivamente a entrada de organismos internacionais, através do convenio com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird ligado ao Banco Mundial - BM, para realização de obras na empresa Guarapiranga, a partir daí a terceirização toma outro rumo.

Diferentemente na gestão do prefeito Paulo Maluf, eleito pelo Partido Progressista Reformador (1993-1996) ocorreram várias mudanças, desde a estrutura organizacional da administração pública, afastamento de profissionais de seus postos e entendimento da política habitacional, o que afetou diretamente o trabalho dos assistentes sociais junto à população e aos movimentos de moradia.

Além dessas, a gestão pública seguiu as diretrizes neoliberais, em que a máquina pública é a primeira a ser enxugada, o que significou vários retrocessos.

Percebe-se que, do ponto de vista da política habitacional de interesse social, a administração do prefeito Paulo Salim Maluf, adotou o Programa de Verticalização e Urbanização de Favelas (Prover), conhecido popularmente como “Cingapura”, sendo sua marca de atuação para atender à população residente nas áreas públicas. Deixando de lado, as intervenções e programas que vinham sendo executados pela prefeita Luiza Erundina. Sendo um total retrocesso tanto do ponto de vista técnico, financeiro e também uma forma de desbolizar os movimentos sociais que estavam trabalhando conjuntamente nessas ações.

Foi também durante o programa Cingapura que a gestão pública conseguiu acessar recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, iniciando a contratação da



gerenciadora social para realizar o trabalho direto com as famílias no território, sendo um componente novo na execução da política habitacional na área do trabalho social, até então, tínhamos o gerenciamento de obras, sendo que esse já ocorria em quase todos os projetos habitacionais.

De acordo com (PULHEZ, 2012, p.10), “ a participação das empresas de gerenciamento começou a consolidar-se no período pós Sistema Financeiro de Habitação/Banco Nacional de Habitação (SFN/BNH)”, ou seja, na virada dos anos 1980 para 1990. Após esse período de reestruturação das ações do Estado na área habitacional, somando-se a crise econômica em que o país estava atravessando, ocorre uma retração nos investimentos por parte do Estado nos grandes projetos de obras e infraestrutura, nesse contexto, os governos municipais serão os novos investidores dessas empresas de gerenciamento, pois necessitam dar respostas às reivindicações por reformulações nos programas de moradia e funcionarão como uma nova frente desse mercado, estabelecendo assim, um novo referencial para a relação entre administração pública e esse agente externo específico nas ações cotidianas da execução da política habitacional.

Com base nas pesquisas bibliográfica, documental e corroborado pelas narrativas das participantes na pesquisa, identificamos algumas mudanças importantes nessa gestão municipal:

1) altera-se o entendimento da gestão em relação à política habitacional, tanto nos programas como em sua execução;

2) a estrutura organizacional da Sehab passa por mudanças, inclusive ocorre a centralização dos departamentos e também dos funcionários (ficam todos alocados no Prédio do Martinelli – centro de São Paulo);

3) os assistentes sociais perdem seu papel de gestores dentro da política habitacional;

4) voltam a atuar por programas;

5) assistentes sociais são perseguidos e até mesmo colocados à disposição (alguns se antecipam e solicitam licenças sem remuneração ou procuram novas secretarias); e

6) a terceirização evidencia-se como um novo componente: a “gerenciadora social”, as tensões entre os funcionários públicos tomam um novo rumo, agora contra a terceirização.

A terceirização do trabalho na execução de atividades da política pública que, até então, eram realizadas por funcionárias públicas, concursadas e com estabilidade traz para discussão um grande debate. Entre outras coisas, as questões de precarização da forma de contratação, inclusive com possibilidade de demissão a qualquer momento, mas o que identificamos é que essa precarização não ocorre com todos os cargos.

Evidencia-se que na gestão do prefeito Celso Pitta, eleito pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB (1997-2000) foi uma continuidade da gestão municipal do prefeito Paulo Maluf (PPR).

Na gestão do prefeito Celso Pitta, percebe-se um aumento significativo nas liberações de recursos financeiros dos organismos internacionais (BID e Bird), ampliando as áreas de intervenções dos programas Cingapura, Programa de Canalização de Córregos e Fundos do Vale (PROCAV) e Guarapiranga.



A terceirização, nesse período através da gerenciadora social ganha mais força, inclusive com ampliação do número de profissionais contratadas, conforme relato de uma das participantes.

[...] Eu ainda peguei uma parcela da gestão Maluf, e depois peguei a gestão Pitta, porque eu fiquei no projeto Cingapura gerenciando a pós ocupação até final de 1999. [...] Nós já estávamos com seis equipes formadas desde 1995, e agora vai dar amplitude a isso porque o Cingapura vai explodir em tudo quanto for bairro. E foi o que aconteceu mesmo. Então, só para vocês terem ideia, eu tinha uma equipe de 250 pessoas. Uma equipe multidisciplinar, porque eu também impus as minhas exigências, naquilo que eu acreditava (EG10).

A gestão foi marcada por pouca participação da equipe social na coordenação dos programas e inviabilização do trabalho com a população nos territórios. Somado a isso, o fato de não ter ocorrido concurso público desde a gestão do Paulo Maluf, colaborou com o aumento da terceirização.

Com o retorno do PT à administração municipal (Prefeita Marta Suplicy 2001-2004), retoma-se o trabalho descentralizado, o trabalho social volta a ser componente da política habitacional, bem como a importância dos seus técnicos dentro da administração. A narrativa da participante corrobora com a visão da importância do trabalho social na política habitacional.

[...] Eu lembro que na época, eu acho que isso sempre, na Luiza, na Marta, eu acho que sempre foi, o social sempre foi mais avançado. [...] Na Marta, no início, houve também uma grande confusão, a ponto de contratar as lideranças, que a gente ficou meio chocada: “Gente, mas não pode, as lideranças sendo contratadas pelo poder público...”, mas depois acabou passando. Não sei se isso foi bom ou foi ruim (EP5).

Em relação à terceirização do trabalho social na Habi, observou-se que na gestão da prefeita Marta Suplicy não ocorreu uma diminuição ou mesmo eliminação dessas contratações, como alguns profissionais entendiam que deveria ocorrer. Importante lembrar que nos anos 2000 a transformação no mundo do trabalho tinha se fortalecido, inclusive com a aprovação da legislação trabalhista que permitia esse tipo de contratação.

Os recursos financeiros oriundos de organismos internacionais e até mesmo do governo federal, que começam a serem liberados, também permitiam e, de certa forma, até colocavam na sua instrução normativa diretrizes de como deveriam ser essas contratações terceirizadas – gerenciadoras sociais.

Dessa forma, a precarização vem repor as formas históricas de precariedade social do trabalho referente à mercadorização da força de trabalho. É nesse processo de reposição das formas de precariedade social que a própria classe trabalhadora vai sendo ampliada. Se antes Marx (1994) tratava do operariado industrial como componente desta, atualmente a precarização se espalha atingindo não somente os que lidam com o primeiro setor da produção ou os que estão na esfera privada, mas todos aqueles que estão destituídos dos meios de produção e vendem sua força de trabalho para viver.

No entanto, ficou demonstrado que a diretriz de trabalho, além do acompanhamento, volta às mãos das funcionárias públicas, assistentes sociais. Identifica-se nas narrativas das participantes e em algumas leituras sobre o tema que essas mudanças não ocorreram de forma tranquila, evidenciando os conflitos e as tensões dentro da categoria profissional –



assistente social da Habi.

A mudança primordial nas relações com a empresa é a regulação dos serviços pela contratante, que exerce sua função enquanto gestor público estabelecendo claramente as competências e papéis no desempenho da ação profissional.

Anteriormente, pode-se dizer que havia inversão de papéis, isto é, a gerenciadora definia o lugar do técnico/funcionário da instituição.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este estudo, buscou-se identificar e refletir sobre tensões e possibilidades na realização do trabalho social, realizado nesse período histórico envolto com o processo de terceirização, a partir da percepção das dez profissionais que trabalharam nessas diferentes gestões.

Em virtude de a grande maioria das participantes da pesquisa empírica integrarem o quadro efetivo e de carreira do poder público, as respectivas narrativas e percepções, se apoiaram na realidade vivida por estes profissionais, a partir do lugar que ocupavam.

Ja evidencia-se que estamos falando de trabalhadoras, que na gestão da prefeita Luiza Erundina é majoritariamente mulheres e sendo essas, trabalhadoras concursadas a exdcutarem o trabalho tanto no campo da elaboração da politica habitcional como na sua execução. Percebemos que continuam sendo as assistentes sociais mulheres a executarem os trabalhos junto com a população, no entanto, não temos mais o protagonismo das funcionarias concursadas, ocorrendo um grande numero de contratação terceirizadas nos governos posteriores.

A percepção de algumas participantes na pesquisa que atuaram diretamente na Habi-Sehab permite admitir que nas diferentes gestões existia um projeto político em disputa e que essas escolhas tiveram impacto direto na atuação dos assistentes sociais efetivos na realização da política habitacional, principalmente a partir da contratação da gerenciadora social, pois essas profissionais foram impedidas de exercer suas funções com a população, mesmo com toda experiência adquirida durante anos de trabalho na construção da política habitacional junto à população nos territórios.

As narrativas das participantes demonstraram as tensões e conflitos que existiram em cada gestão municipal, intensificados com a interferência direta dos gestores, correspondendo inclusive ao período em que se fortalece o protagonismo da gerenciadora social, passando a ter uma maior autonomia sobre a gestão do trabalho social desenvolvido na política habitacional na Habi-Sehab.

Em relação à terceirização dos serviços e contratação de funcionários, constata-se que, embora com algumas diferenças, ocorreram em todas as gestões estudadas. Nos governos administrados pelos prefeitos Paulo Salim Maluf (PPR) e Celso Pitta (PPB) essa terceirização se deu de forma mais acentuada, inclusive com a entrada da gerenciadora social e com a diminuição do papel do Estado nas suas funções de regulamentar e



gerenciar as ações vinculadas à política habitacional.

Nessas gestões identificamos que esse crescente processo de terceirização ocorreu com a ampliação da utilização dos recursos financeiros de organismos internacionais, consequente endividamento dos cofres municipais e diminuição da intervenção do Estado na execução da política.

Na gestão da prefeita Luiza Erundina (PT), pode-se afirmar que ocorreram tipos de terceirização, ainda que com características diferentes quando comparada às outras gestões: i) contratação de técnicos para compor a equipe de trabalho – havia diferença contratual e de salários, mas a equipe do órgão público era responsável pela elaboração e execução do trabalho; ii) contratação de uma empresa para realizar obras nas áreas dos mananciais – na celebração do contrato junto ao BID para o desenvolvimento do Programa Guarapiranga, sendo que nessa equipe também havia assistente social, no entanto era coordenada pelo gabinete da Secretaria.

A terceirização no trabalho social em habitação no município é materializada na contratação de uma gerenciadora social, por meio de processo licitatório, resposta política e econômica à redução da intervenção do Estado na execução das políticas públicas.

A continuidade das diretrizes neoliberais na política habitacional foi dada na gestão do prefeito Celso Pitta (1997-2001), com ampliação do Programa Prover - Cingapura e no Procav (Programa de Canalização de Córregos). O processo de terceirização se ampliou de tal forma que, dentro da administração pública municipal, o número de profissionais contratados era muito maior que o corpo de profissionais concursados.

Nas entrevistas, apreende-se, pós-gestão da prefeita Luiza Erundina no decorrer dos anos 1990, o quanto foi destruído e desvalorizado o trabalho social que vinha sendo realizado junto às comunidades e/ou movimentos organizados e como as/os assistentes sociais eram submetidos a todo tipo de constrangimento. Além disso, fragilizaram-se as organizações dos trabalhadores, com as contratações e a execução de serviços mais vulneráveis ao uso de práticas clientelistas e nepotistas. A descontinuidade do trabalho social alimentou rupturas e retrocessos, tornando-se tarefeiro, pois as informações, os registros dos programas e das várias ações que foram realizadas junto aos territórios em anos passados não foram transmitidas aos profissionais terceirizados contratados.

Na gestão do Maluf foi muito difícil, porque o programa era tocado por profissionais da área física, por arquitetos, então a gente era meramente tarefeira: "Você tem que fazer o cadastro não sei onde", entendeu? Era assim, era tarefeiro mesmo, a gente não tinha muito espaço [...] (EP5)

Outro aspecto a ressaltar é a diferença da forma de tratamento que era dada aos movimentos sociais na gestão de Luiza Erundina, inclusive o comportamento dos servidores, sejam esses técnicos, sejam chefias. Existia respeito, mais consciência do papel do gestor público, ou seja, aquele que entendia e defendia a política pública como direito do cidadão, mas com posicionamento no intuito de construir coletivamente a política, conforme se observa na fala de uma das sujeitas entrevistadas.





Então assim, foi um boom de ocupações. Tiveram as grandes ocupações na época do PT. Assim as pessoas ocupavam até as unidades habitacionais que iriam ser entregues para quem já estava na fila da Cohab. Mas na época da Luiza Erundina já era mais negociado, as pessoas iam lá, os diretores da Cohab iam lá, conversavam com a população. Embora fosse uma coisa também desagradável [...], mas eles acabavam entendendo que tinha uma pessoa lá qualificada para morar naquela residência. Então eles acabaram saindo. Foi uma época de bastantes ocupações. Mas teve abertura para a gente trabalhar mais democraticamente. (EG6)

As profissionais entrevistadas informam posturas ideológicas de quem estava no comando administrativo em consonância com os ideários neoliberais, apesar de não ter sido objeto estudo, identificou-se que nas gestões municipais subsequentes, a terceirização do trabalho social não foi eliminada.

Verificou-se a partir das entrevistas, nas diferentes gestões municipais estudadas, as tensões e conflitos que existiram com a ocorrência da terceirização do trabalho social.

Ainda que iniciada na gestão municipal da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, foi nas gestões municipais dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta que a escolha direcionada à ideologia econômica e política da produção capitalista no contexto neoliberal deu lugar à privatização dos serviços, ao esvaziamento da responsabilidade reguladora do Estado, à diminuição do número dos servidores públicos efetivos e, em contrapartida, ao aumento da terceirização como forma de contratação do trabalho.

O processo de terceirização dos serviços, como se vê em outras políticas públicas, também se repete na política de habitação. As grandes empreiteiras passam a se responsabilizar pelo processo construtivo, desde o planejamento até sua execução, influenciando diretamente na composição do quadro dos trabalhadores, iniciando na Gestão Paulo Maluf (1993-1996), intensificando-se na gestão Celso Pitta (1997-2000), elevando a gerenciadora social como figura protagonista e relacionada ao modelo estruturado de gerenciamento de obras, em que o trabalho social passa a ter

um conjunto de mecanismos de controle e monitoramento, planilhas de registro de trabalho em campo, relatórios das atividades, planilhas de controle de horas por tipo de atividade, entre outros (VIEIRA, 2015, p. 214).

Essa nova forma de realizar o trabalho social vai trazer outra dimensão, que é de subdivisão de atividades, mensuração do tempo utilizado na realização das atividades, passando a ser um novo e importante indicador no processo de avaliação do trabalho desenvolvido. O trabalho social passa a ser acompanhado e avaliado nos moldes da execução de obras.

Da percepção de algumas das participantes na pesquisa que atuaram diretamente com a política de habitação permite-se inferir que, nas diferentes gestões, existiram projetos políticos em disputa, cuja direção social teve impacto direto na atuação de assistentes sociais servidoras públicas, disputas que emergiram no interior do próprio Estado e suas respostas às condições de expansão do capital e com a presença de práticas empresariais, mercantilizando e despolitizando a política.



Assim, a política pública e o papel do Estado foram alterados de forma a penalizar a classe trabalhadora e os assistentes sociais enquanto parte da classe trabalhadora que vive de vender a sua força de trabalho, e que foram atingidos de duas formas: i) com a presença de trabalhadores terceirizados, que se submetiam ao mando e desmando dos interesses do sistema capitalista, tendo muitas vezes que lidar com várias desigualdades, desde salarial à própria insegurança, pois poderiam ser demitidos a qualquer momento; ii) alijamento dos locais de trabalho e impedimento dos servidores públicos de exercerem suas funções na política de habitação nos territórios, vivenciando constrangimentos diversos apesar de não poderem ser demitidos pois tinham estabilidade estatutária.

É extremamente necessário e urgente, para o andamento das atividades cotidianas do trabalho social, que as/os trabalhadoras/es do Serviço Social – e das demais áreas que compõem as equipes – tenham o entendimento de que entre as suas principais mediações no cotidiano da intervenção estão as políticas sociais com vistas à garantia dos direitos.

Assim, considerando os conteúdos abordados nesse artigo, conclui-se que, embora existam dificuldades e desafios para o trabalho social na área da habitação de interesse social nas gestões municipais, é possível reafirmar a sua relevância como componente da política, o que demanda compromisso profissional em realizar uma ação emancipadora enquanto agentes executores da política pública de habitação.

E, nessa direção concordamos com Paz et al (2018, p. 108), quando nos adverte que “o trabalho social deve ser compreendido e inserido no contexto social e político, nas diferentes conjunturas e momentos históricos”, respondendo às “convocações da política, das instituições e dos movimentos sociais”.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000200013.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1994.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 a 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

SÃO PAULO. Secretaria de Governo Municipal. **Relatório de balanço de gestão municipal (janeiro de 2001 a dezembro de 2003)**. São Paulo: PMSP, 2004.

PAZ; R. D. O.; BLANCO, M. A.; SANTOS, C. F.; SILVA, C. R.; GOMES, F. G. Atuação profissional na política habitacional nas décadas de 1970 e 1980: memórias, marcas e contribuições. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22093>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PULHEZ, Magaly Marques. **Estado e mercado, política e empresa privada: notas sobre a atuação de consultorias e gerenciadoras em programas habitacionais e urbanos –**



**1960/2010.** Anais do XV ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/148>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010

VIEIRA, N. P. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualizações de antigas requisições.** 2015. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.